



ANO 25 N.º 10
Outubro de 2016

Construção civil no RS: reversão do cenário recessivo?

Dados do PIB gaúcho referentes ao 2.º trim./16, divulgados pela FEE, mostram que alguns segmentos da economia apresentam sinais de melhora, a despeito do cenário recessivo que persiste. O setor de construção civil, por exemplo, cresceu 1,0% em relação ao mesmo trimestre de 2015, interrompendo uma sequência de oito trimestres consecutivos de queda. No entanto, o segmento ainda acumula queda no ano, e as perspectivas de curto e médio prazos não são claras. Nesse contexto, uma avaliação do cenário para os próximos meses requer a análise de um conjunto maior de informações.

Alguns indicadores movimentam-se conjuntamente aos ciclos da atividade econômica, seja ela setorial, seja ela agregada; outros precedem esses movimentos: são os chamados indicadores antecedentes. Por exemplo, o nível de emprego em etapas iniciais de obras de construção, que incluem terraplanagem, canteiro de obras e execução de fundações, traz informações sobre a atividade econômica ao longo do ciclo de vida do empreendimento. Analogamente, mudanças na perspectiva de risco da economia podem afetar as decisões correntes de investimento. Assim, informações que temos hoje podem sinalizar o ritmo da atividade econômica no futuro.

Após um processo de seleção, as variáveis consideradas antecedentes da construção foram classificadas em três grupos: (a) sensíveis a expectativas; (b) causadoras primárias; e (c) estágios iniciais da produção. As variáveis em cada um dos grupos foram, então, agregadas, e o resultado está exposto na figura, juntamente com os períodos de recessão da economia brasileira, datados pelo The Conference Board e pela Fundação Getúlio Vargas, e servem como referência para as flutuações da atividade econômica.

Considerando as séries contidas no grupo de variáveis sensíveis a expectativas, as perspectivas são favoráveis. O IMOB, que representa a evolução de uma carteira teórica de ativos do setor, acumula alta de 36,9% no ano. Essa melhora nas expectativas é percebida também no ICEI da Construção,

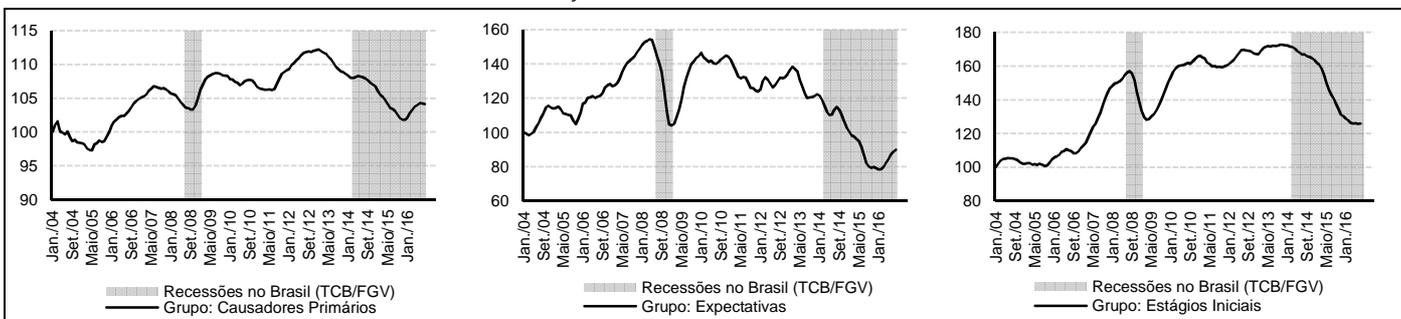
da FIERGS, que subiu 30,4% desde o nível mínimo, registrado em mar./16. Além disso, não apenas os empresários do setor estão mais confiantes, como também os corretores de imóveis e os consumidores, como aponta o IEMI, de Porto Alegre, referente a agosto. Na contramão, a ICF, da Fecomércio-RS, indica que os consumidores da Capital ainda estão pouco otimistas, freando um crescimento mais acentuado desse grupo de variáveis antecedentes.

Com relação aos causadores primários, o valor mínimo do indicador agregado, nesse período recessivo, é observado em dez./15 (ver figura). Entre seus componentes, a melhora é concentrada na taxa de juros de DI pré-fixada de 360 dias, que reduziu de 15,8% para 13,2% nesse período. No entanto, as concessões reais de crédito para o setor da construção no RS apenas pararam de cair, sem ainda reverter a tendência. Essa estabilização do saldo de crédito atinge tanto a concessão para construção, ampliação e reformas quanto para aquisição de imóveis.

Por fim, diferentemente dos anteriores, as variáveis dos estágios iniciais de produção ainda não apresentam sinais consistentes de recuperação. O nível de emprego formal nesses estágios permaneceu caindo no ano, até agosto (-3,3%). Também segue em queda o número de unidades lançadas em Porto Alegre, apesar da leve recuperação observada nas vendas de imóveis. Por outro lado, observa-se aumento da produção de insumos típicos da construção (cimento, aço, etc.) e de bens de capital destinados ao setor; essa melhora, porém, ainda é tímida.

Em resumo, o prognóstico para o desempenho da construção no RS, nos próximos meses, baseado nas múltiplas dimensões antecedentes aqui analisadas, sugere que a intensa e duradoura recessão que atingiu o setor está próxima do fim. A retomada, no entanto, a julgar pela magnitude e pela difusão na recuperação dos indicadores, deverá ser moderada, o que enseja um otimismo cauteloso.

Variáveis antecedentes, agregadas em diferentes grupos (causadores primários, sensíveis a expectativas e estágios iniciais), da construção civil no Rio Grande do Sul — 2004-16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, BCB, FIERGS, Fecomercio-RS, Sinduscon-RS, Caged, RAIS, TCB-FGV.

NOTA: 1. Os índices têm como base jan./04 = 100.

2. Dados agregados em cada agrupamento, de acordo com a metodologia dos indicadores antecedentes do The Conference Board.

3. No primeiro, foram considerados o IMOB, o ICEI, o ICF e o IEMI, de Porto Alegre. Já os causadores primários considerados foram o volume de crédito para construção e aquisição de imóveis, deflacionado pelo IPCA, e a Taxa de Juros do Swap Pré-DI 360 dias. Por fim, os indicadores selecionados para o terceiro grupo foram o nível de emprego em demolição, terraplanagem, preparação de terreno e obras de fundações, o número de unidades imobiliárias lançadas em Porto Alegre, a produção de bens de capital, com destino predominante para o setor de construção e a produção de insumos típicos da construção civil.

Jéfferson Colombo | jefferson@fee.tche.br
Fernando Cruz | fernando.cruz@fee.tche.br
Pesquisadores em Economia da FEE

China e Rio Grande do Sul: perspectivas para o comércio exterior

A realização do encontro do G20 na China traz para o centro das atenções as relações do Brasil com a grande potência emergente da economia global. Compreender melhor o conteúdo e a dinâmica dessas relações é um desafio importante, no sentido de aproveitar ao máximo as potencialidades do comércio exterior e de parceria, em termos de investimento como uma ferramenta para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em agosto, o informativo da agência oficial chinesa Xinhua News comemorava o aumento das exportações do Brasil para a China, as quais têm acelerado neste ano. Segundo dados do Ministério do Comércio chinês, publicados no informativo, as exportações haviam crescido 17,3% em valor durante os primeiros cinco meses de 2016 em relação a igual período de 2015. A publicação enfatizava, ainda, que esse crescimento se deu mesmo em um contexto difícil para o comércio internacional, de queda de preços das *commodities*. Em suma, a matéria dava um tom otimista para as perspectivas do comércio entre os dois países.

Esse cenário abre possibilidades para o Estado, que podem ser aproveitadas na direção do aprofundamento e da qualificação das relações bilaterais. A China já é o principal parceiro comercial do Rio Grande do Sul. Nossas exportações para o país asiático vêm crescendo de forma sustentada e constante desde o início do século, como se pode ver na tabela. De um patamar de cerca de US\$ 250 milhões no ano 2000, atingimos mais de US\$ 4,8 bilhões em 2015. De janeiro a junho de 2016, 25,9% do total das exportações gaúchas foram para o mercado chinês.

No entanto, uma análise mais cuidadosa da composição de nossa pauta exportadora aponta um padrão que se caracteriza pelo predomínio de produtos primários, notadamente a soja. Em 2016, 83,7% do total de nossas exportações para a China correspondem a esse grão. Ainda assim, pode-se identificar uma presença também de produtos manufaturados e semimanufaturados, mesmo que, em sua maioria, sejam também de baixo valor agregado. A observação da composição de nossas exportações de janeiro a julho de 2016 para a China, por fator agregado, no Sistema de Exportações da FEE, mostra que 88,1% delas correspondem a produtos básicos, 8,5% a produtos semimanufaturados e apenas 3,3% a manufaturados.

A participação do Brasil nos BRICS e as mudanças das conjunturas internacional e chinesa colocam novos elementos que precisam ser considerados de maneira a potencializar os benefícios econômicos dessa relação. Para além do comércio, nossa proximidade com a China sinaliza também possibilidades em termos de atração de investimentos. O atual momento das reformas econômicas da China abre novas perspectivas. Desde o final da primeira década do século, os dirigentes chineses vêm apresentando inovações em sua estratégia de relação com a economia global.

A crise de 2008 e a redução do crescimento do comércio internacional determinaram mudanças importantes, que precisam ser compreendidas e consideradas. Em primeiro lugar, a China vem alterando o seu modelo de inserção internacional. De um sistema centrado na exportação de produtos manufaturados de baixo preço, esse país está transitando para uma inserção mais qualificada, com a produção de bens

tecnologicamente sofisticados e, principalmente, com uma política agressiva de investimentos das empresas chinesas no exterior.

Essas mudanças se refletem também no plano doméstico. Diante dos problemas do mercado mundial, a China tem conferido uma ênfase crescente no mercado interno e no seu próprio potencial de consumo como motor para o desenvolvimento. As resoluções da III sessão plenária do XVIII Comitê Central do Partido Comunista Chinês, de novembro de 2013, enfatizam o “incremento do bem-estar” e a busca de um “desenvolvimento econômico mais eficaz, mais justo e sustentável” que permita que “os frutos do desenvolvimento beneficiem mais e com mais equidade todo o povo”. Essa perspectiva abre um campo considerável para uma diversificação da pauta exportadora do Rio Grande do Sul para o país. A nova classe média chinesa, que vem crescendo tanto em termos absolutos como em capacidade de consumo, pode ser um mercado de enorme potencial para as exportações gaúchas.

Essa oportunidade é particularmente importante para nossos produtos agroindustriais. Vinhos, bebidas e sucos de uva e outras frutas, produtos alimentares processados com maior valor agregado, como cortes de carnes *premium*, doces, balas e caramelos, são produtos que têm alto potencial de aumento de exportações. Da mesma forma, artigos de cutelaria, calçados de alto padrão, itens de joalheria e outros produtos de consumo das famílias têm potencial para conquistar o mercado da nova classe média chinesa. O momento é extremamente favorável para ações estratégicas nessa direção, abrindo espaço para uma dinâmica que favorece a diversificação do comércio e perspectivas positivas para os dois parceiros.

Exportações do Rio Grande do Sul para a China — 2000-15

ANOS	VALOR (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL	PESO LÍQUIDO (kg)
2000	249.075.658	4,3	896.969.593
2001	370.870.446	5,8	1.636.890.124
2002	444.616.540	6,9	1.467.270.673
2003	719.179.742	8,9	2.499.405.391
2004	710.881.067	7,2	1.713.666.649
2005	527.538.089	5,0	609.659.740
2006	760.889.349	6,4	2.233.683.992
2007	1.471.683.643	9,8	3.409.059.555
2008	1.926.860.990	10,5	2.686.424.879
2009	2.383.274.422	15,6	4.543.811.404
2010	2.394.156.150	15,5	4.584.909.950
2011	3.382.742.008	17,4	5.356.096.781
2012	2.860.303.994	16,4	3.815.260.822
2013	4.550.981.715	18,1	7.262.713.347
2014	4.454.985.676	23,8	7.638.747.235
2015	4.861.346.524	27,7	10.278.852.756

FONTE: MDIC, AliceWeb.

Tarson Núñez | tarson@fee.tche.br
Pesquisador em Ciência Política da FEE.

A crise econômica e as perspectivas para a indústria brasileira

Segundo a **Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física**, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume da produção física da indústria de transformação (IT) brasileira apresentou uma queda de 8,9% nos sete primeiros meses de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho veio somar-se a uma queda acumulada de 13,6% nos dois anos anteriores, fazendo com que o nível de produção de 2016 tenha ficado inferior ao de 2004. Mesmo com essa *performance*, segundo dados recentes da Organização das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Brasil ocupou, em 2015, a 9.ª posição no *ranking* dos maiores parques industriais do mundo, quando considerado o Valor Adicionado industrial.

Esse fraco desempenho afetou todas as atividades da IT, e os setores produtores de bens de consumo duráveis e de capital foram os que apresentaram as quedas mais substanciais. Nos sete primeiros meses do ano, esses setores haviam apresentado diminuição na produção de, respectivamente, 22,3% e 19,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando que a queda acumulada dessas duas categorias em 2014-15 havia sido de 26,0% e 24,6% respectivamente, tem-se que o nível de produção se encontra em torno de 40% menor do que há três anos. Também com desempenho negativo em 2016, embora não tão acentuado, aparecem os setores produtores de bens intermediários (-8,9%) e de bens de consumo não duráveis (-1,6%).

Apesar dessas quedas expressivas, quando se observa a evolução das taxas acumuladas em 12 meses, verifica-se que a trajetória descendente da produção física da IT foi interrompida a partir do segundo trimestre deste ano, tendo, inclusive, a partir de então, iniciado uma tênue recuperação (gráfico). Convém destacar, no entanto, que essa recuperação tem sido motivada pelas exportações de bens de capital, as quais cresceram, em volume, 32,0% até agosto de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Uma diminuição tão acentuada no volume de produção, como a que se tem observado, não pode ser creditada a apenas alguns poucos fatores. Ela é, com certeza, resultado de um conjunto de condicionantes de natureza tanto estrutural como conjuntural, que vêm atuando ao longo dos últimos anos.

Sem procurar estabelecer uma hierarquia entre esses condicionantes, convém destacar, em primeiro lugar, que a indústria já vinha apresentando oscilações de variação entre taxas negativas e positivas na produção física, ao longo de 2009-13, trajetória que manteve o volume de produção estagnado nesse período. Essa estagnação na produção industrial refletia as consequências da crise econômica internacional que se iniciou em 2007. De fato, o Brasil faz parte de um grande grupo de países que tiveram dificuldades para recuperar sua produção industrial após 2009, além de outros que nem mesmo conseguiram tal recuperação. Em segundo lugar, é importante enfatizar que a valorização cambial que se estendeu de meados de 2004 a meados de 2011 trouxe comprometimentos estruturais à indústria nacional, ao retirar dela, por um longo período, mercados e competitividade internacionais.

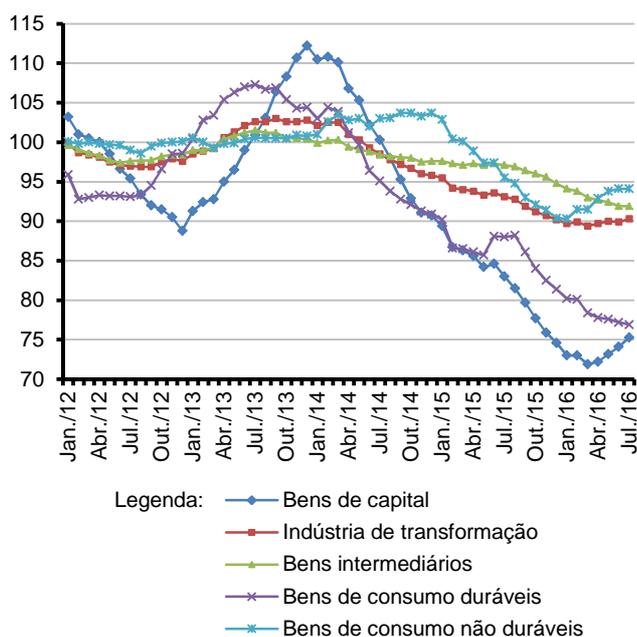
A esse cenário desfavorável vieram somar-se outros fatores de natureza conjuntural, como o impacto da Operação Lava Jato sobre a Petrobras, seus fornecedores e as grandes empreiteiras nacionais, o qual comprometeu profundamente os planos de investimentos de tais empresas, afetando, assim, toda a cadeia produtora de bens de capital. Simultaneamente, a deliberada política de ajuste fiscal promovida em 2015 só

veio a agravar o quadro recessivo. Com isso, a taxa de desemprego que, de acordo com a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, do IBGE, estava 6,5% em dezembro de 2014, atualmente se encontra em 11,8%. Associados com a elevação inflacionária que se observou nesses anos e a restrição do crédito, os setores de produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis também tiveram comprometidos não só os seus níveis de produção como também os seus planos de investimentos.

O Brasil ainda continua tendo um parque industrial amplo e diversificado, com um produto industrial maior do que o de países como a Rússia, o Canadá e o próprio Reino Unido. A queda nos níveis de produção observada nestes últimos três anos levou o País a uma diminuição de participação no Valor Adicionado manufatureiro mundial, embora este último fenômeno esteja também afetando as maiores economias mundiais, com exceção da Índia, da China e da Coreia do Sul.

Assim, em que pese a tênue recuperação que se tem manifestado neste segundo semestre, a retomada de uma trajetória de crescimento de longo prazo da produção industrial exigirá o enfrentamento de um conjunto de fatores que a tem restringido. A manutenção das elevadas taxas de juros reais, com o seu impacto sobre o câmbio, e a continuidade de uma política de ajuste fiscal estão entre os fatores de ordem conjuntural que deverão ser contornados. Do ponto de vista estrutural, convém destacar que esse fraco desempenho da indústria nacional desde 2009 pode ter gerado uma defasagem tecnológica e competitiva que irá dificultar ainda mais o processo de recuperação industrial e, conseqüentemente, de retomada do crescimento da economia brasileira. Dadas essas restrições, a sorte da indústria nacional dependerá da aceleração do crescimento da economia mundial, fato que tem sido a grande preocupação dos líderes das maiores economias do mundo.

Índice da produção física da indústria de transformação, acumulado em 12 meses, por categoria de uso, no Brasil — 2012-16



Fonte: IBGE.

Os projetos de logística no Programa de Parcerias e Investimentos

No último dia 13 de setembro, foi lançado o pacote de concessões e de privatizações do Governo Temer. O Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), coordenado pelo secretário-executivo com *status* de ministro Moreira Franco, tem como principal novidade, em comparação a pacotes anteriores, a junção das áreas de logística, energia, mineração, petróleo, saneamento, e até mesmo loterias, no mesmo conjunto de projetos a serem repassados à iniciativa privada.

Essa ampliação do escopo do programa esconde, em realidade, um pacote de ambições relativamente modestas (estima-se em cerca de R\$ 50 bilhões o montante total dos projetos envolvidos), o que, em parte, é explicado por ser esse um governo que tem pouco mais de dois anos para executar o programa apresentado. A proposta prevê a privatização de quatro aeroportos, sete empresas de energia, três empresas de saneamento ambiental, além da concessão de três ferrovias, três rodovias e dois portos. Estão programados ainda a venda de parte das loterias da Caixa e o leilão de três campos de exploração de petróleo e de quatro áreas de mineração. É importante ressaltar que quase todos os projetos constantes do PPI na área de logística já estavam previstos na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL II), embora sejam notadas pequenas alterações nos traçados das ferrovias em questão. O PIL II, lançado em junho de 2015, contemplava projetos que montavam a R\$ 198,4 bilhões, com execução prevista para os próximos 15 anos.

O PPI dispõe que as licitações sejam realizadas apenas após a prévia aprovação dos projetos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a realização das audiências públicas para cada projeto. Estão previstas, ainda, a realização de *road shows* e a publicação dos editais em inglês, com vistas a atrair os investidores externos, o que não configura novidade. Também é proposto um prazo mínimo de 100 dias entre o lançamento do edital e a realização do leilão. Esse rito, embora confira maior segurança jurídica e alguma legitimidade social às concessões e às obras, pode resultar na necessidade de revisão dos projetos previamente apresentados e em atrasos decorrentes disso.

O conjunto de obras de logística do PPI mistura projetos em diferentes fases de maturação. Por exemplo, os trechos das BRs 101, 116, 290 e 386 previstos pelo PPI para serem realizados em solo gaúcho já estão em fase final de projeto, com o estudo estando a cargo da empresa Triunfo. Os aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza também estão com seus estudos bastante avançados e têm previsão de licitação no PPI para o primeiro trimestre de 2017. Já as ferrovias têm seus estudos ainda em elaboração, estando prevista sua licitação para o segundo semestre de 2017, prazo bastante otimista.

A estrutura preferencial de financiamento presente no PPI corresponde a 20% de capital próprio das concessionárias, de 40 a 50% de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o mínimo de 30% de emissões de debêntures de infraestrutura. Essa estrutura é mais rígida que as concebidas pelo PIL II, as quais partiam de um *mix* de combinações entre debêntures e TJLP. Os montantes dos financiamentos públicos dos projetos estão orçados em R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões em recursos do BNDES e R\$ 12 bilhões do Fundo de Infraestrutura (FI) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O prazo entre a realização dos estudos e a finalização da obra (*completion*) é essencial para o sucesso dos projetos, uma vez que delimita o tempo no qual é necessário financiamento sem a geração de caixa correspondente, o que torna mais arriscado o custeio dos projetos *greenfield*, como aqueles de ferrovias.

A solução proposta pelo PPI para custear o hiato temporal após o qual as receitas geradas pelo projeto podem servir de garantia ao financiamento (*project finance*) também é distinta da escolhida no PIL II. Enquanto, para esse, a solução passava por um empréstimo-ponte, antecedente ao aporte definitivo, o plano lançado em 2016 privilegia a aceitação de cartas-fiança, emitidas preferencialmente por bancos privados, em garantia para os financiamentos definitivos do BNDES, o qual se comprometeria a ser mais célere na apreciação desses recursos. As cartas-fiança também serviriam como garantia para a emissão de “debêntures incentivadas” no período “*pré-completion*”.

A experiência recente mostra que as empresas vencedoras dos processos licitatórios em logística, dadas as elevadas taxas de juros vigentes, têm dificuldades em obter financiamento de longo prazo. As altas taxas de juros reais têm, na prática, inviabilizado projetos de custeio de prazo mais longo. Em 2015, o mercado de capitais se mostrou bastante refratário às emissões de debêntures de infraestrutura. Outro elemento que dificultou um maior engajamento do setor privado no financiamento de longo prazo se deu a partir dos problemas legais que têm acometido as maiores empresas nacionais do setor de infraestrutura e impedido sua participação nas licitações.

Uma solução seria atrair investidores estrangeiros a participarem das licitações. Nesse caso, os problemas se tornam ainda mais complexos, dada a dificuldade para as empresas que não atuam em território nacional, de fornecer garantias para a obtenção de financiamento doméstico e, especialmente, a inexistência de um fundo que proteja os investimentos das variações cambiais. O custo de um contrato de *hedge*, associado ao longo prazo das operações, inviabiliza, na prática, essa solução, e o financiamento da obra direto em moeda estrangeira não modifica o descasamento existente entre receitas em moeda nacional (embora os contratos possuam proteção contra a inflação) e os pagamentos em moeda estrangeira.

Pelo que foi veiculado até o momento, o PPI não possui mecanismos claros para enfrentar quaisquer desses entraves. Também ainda não está definido se os leilões privilegiarão o menor preço, o maior investimento ou o maior ganho fiscal na definição dos ganhadores, fator decisivo para as características e o desenrolar futuro de cada concessão. Ainda assim, pode-se esperar uma relativa agilidade nos projetos que têm uma fase “*pré-completion*” reduzida e que se encontram em estágios mais adiantados. Entretanto, dado o escopo do programa e a lentidão inerente à sua execução, é difícil acreditar que esse será o elemento capaz de desencadear uma elevação decisiva no dinamismo da economia brasileira, até 2018.

**André L. F. Scherer | scherer@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE**

Zoneamento ecológico e econômico (ZEE): gestão democrática do planejamento territorial

A gestão ambiental brasileira está num novo patamar de planejamento territorial, com a implementação do zoneamento ecológico e econômico (ZEE). Essa ferramenta teve sua origem na Conferência de Estocolmo, em 1972, em que foi estabelecido o planejamento territorial como princípio para disciplinar o uso e a proteção dos recursos naturais. No Brasil, esse debate tomou forma a partir da Lei Federal n.º 6.938/1981, que definiu critérios para o ZEE enquanto instrumento de política nacional de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. A materialização dessas ações teve seu marco no zoneamento da Amazônia Legal, em 2001, mas foi o Decreto n.º 4.297/2002 que veio regulamentar o art. 9.º, inciso II, da Lei n.º 6.938, que estabeleceu critérios para o ZEE no Brasil. Além disso, o novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), no seu art. 13, estabelece um prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aprovelem seus ZEEs.

Segundo o Gerente de Projeto do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Bruno Siqueira Abe Saber Miguel, o ZEE é o principal instrumento de planejamento integrado do território e tem como contribuição maior a qualificação do processo de tomada de decisão no momento da espacialização dos projetos de desenvolvimento econômico, considerando as limitações dos ecossistemas e a própria sustentabilidade. Conforme o mesmo analista ambiental, o Acre e o Distrito Federal são as unidades federativas onde houve maior avanço no uso do ZEE como política pública de planejamento territorial. O ambientalista destaca, também, o estágio de desenvolvimento dessa ferramenta de gestão na Bahia e em Minas Gerais, onde já existe um processo visível de integração com as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico. A figura apresenta os ZEEs estaduais já concluídos.

O Rio Grande do Sul iniciou a construção do ZEE em 2015, processo que deve se estender até o início de 2018. Esse trabalho está ancorado nos princípios da participação social e no fortalecimento de articulações e integração institucional entre as instâncias governamentais e a sociedade civil. É no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) que ocorre o debate político e técnico sobre o ZEE-RS. Esse fórum contempla uma significativa representatividade social, com uma paridade de representações entre o Executivo estadual e os diversos segmentos econômicos, sindicais e de conselhos profissionais. No Consema, também estão representadas as Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas. Todo debate dos produtos técnicos elaborados por consultoria contratada passa pela Câmara Técnica de Planejamento Ambiental do Conselho, que é composta por profissionais indicados pelas instituições que nele possuem assento, como é o caso da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

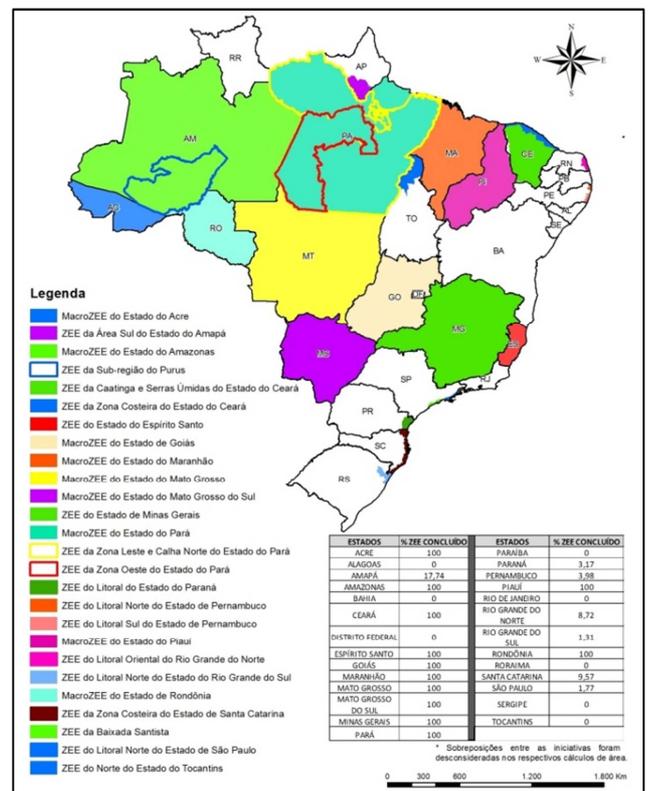
Para a elaboração dos indicadores que serão norteadores do zoneamento estadual, foram realizadas inúmeras reuniões com instituições públicas e privadas, com o objetivo de subsidiar um banco de informações socioeconômicas e ambientais. No intuito de ampliar e socializar o debate durante o processo de elaboração do ZEE-RS, serão realizadas oficinas e reuniões técnicas, regionalizadas por Coredes. Outras estratégias são a divulgação e a prospecção de informações e conhecimento, que serão otimizadas pelas instituições participantes, através das suas ramificações regionais. Nesse sentido, é importante destacar as parcerias com a Federação

das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fettag), a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), que representa os municípios onde acontece efetivamente a espacialização da ocupação territorial, além de parcerias com cooperativas e sindicatos.

A FIERGS, desde o início dos trabalhos, destacou uma preocupação, compartilhada pelas demais Federações, de que o ZEE não venha a ser um instrumento de engessamento, mas, sim, uma ferramenta que efetivamente contribua para o desenvolvimento. A Secretária Adjunta do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Maria Patrícia Möllmann, sintetizou o entendimento do Governo Estadual, dizendo que o objetivo principal do ZEE-RS é condensar todo o conhecimento técnico sobre os meios físico, social e econômico e, a partir dele, ver qual é a visão de futuro para o Rio Grande do Sul.

O ZEE-RS será uma importante ferramenta de gestão que possibilitará entender os potenciais econômicos locais, contribuindo nas tomadas de decisão do gestor e nas orientações de investimentos, qualificando o gerenciamento de gargalos que impedem o desenvolvimento econômico, reduzindo conflitos e subsidiando o planejamento de políticas públicas. Como resultados esperados, podemos dizer que o ZEE-RS deverá promover o desenvolvimento econômico sustentável, otimizando os procedimentos para o uso adequado dos recursos naturais e, conseqüentemente, contribuindo para a sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Zoneamentos ecológico-econômicos estaduais concluídos



FONTE: MMA/Departamento de Zoneamento Territorial (2016)

Tabela 1

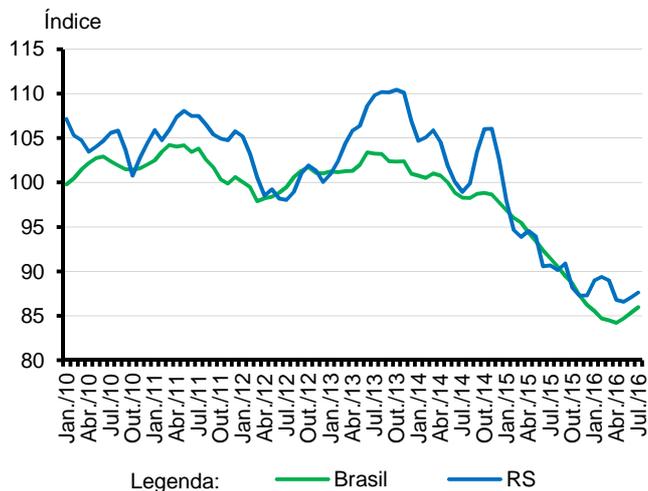
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — mar./16-ago./16

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Mar./16	0,43	2,62	9,39	0,51	2,97	11,57
Abr./16	0,61	3,25	9,28	0,33	3,31	10,64
Mai./16	0,78	4,05	9,32	0,82	4,15	11,09
Jun./16	0,35	4,42	8,84	1,69	5,91	12,22
Jul./16	0,52	4,96	8,74	0,18	6,10	11,65
Ago./16	0,44	5,42	8,97	0,15	6,26	11,51

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

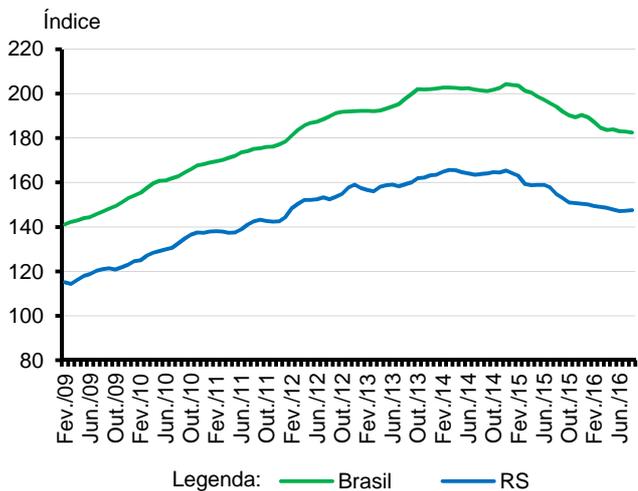
Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jul./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia do Brasil — mar./15-ago./16

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16	Jul./16	Ago./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,88	3,78	3,87	4,05	3,97	3,70	3,59	3,68
Taxa de câmbio efetiva real (3)	110,7	107,5	105,8	101,9	96,7	95,4	107,1	112,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25
Superávit primário (% do PIB)	2,10	-2,04	3,59	1,91	2,37	4,20	1,44	2,77
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	4.241	4.628	6.222	3.736	4.325	3.918	30.595	41.985
Exportações (US\$ milhões) (5)	15.922	15.302	17.498	16.647	16.238	16.939	122.999	185.391
Importações (US\$ milhões) (5)	11.681	10.674	11.276	12.911	11.913	13.021	92.404	143.405
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-863	403	1.187	-2.487	-4.051	-579	-13.119	-25.838

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Cresce o tempo médio despendido na procura por trabalho na RMPA

Os dados da **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) mostram que, entre os desempregados no primeiro semestre de 2014, 4,4% estavam nessa condição há mais de um ano. No primeiro semestre de 2015, a participação foi de 5,0% e, em igual período de 2016, subiu para 7,7%.

No período, o contingente médio de desempregados por semestre aumentou de 112 mil pessoas em 2014 para 145 mil em 2015 (29,2%) e para 197 mil em 2016 (34,5%). Esse crescimento alterou a distribuição da população desocupada por tempo de procura por emprego.

No primeiro semestre de 2014, o tempo médio de procura de ocupação foi de 143 dias; aumentou para 187 dias no primeiro semestre de 2015, e, no último semestre analisado, o tempo médio subiu para 208 dias. A diferença entre os primeiros semestres de 2014 e de 2016 foi de 65 dias a mais.

Nos primeiros seis meses de 2014, a proporção dos que estavam sem emprego por até 30 dias caiu de 28,1% para 24,5% em 2015 e para 12,9% em 2016. O percentual dos indivíduos que estavam procurando emprego por um período entre um e sete meses aumentou de 56,0% para 57,5% e depois caiu para 53,7% do total de desempregados no primeiro semestre de 2016.

Nas duas faixas de maior tempo de procura, a participação do contingente de desempregados entre sete meses e um ano aumentou de 11,6% em 2014 para 13,0% em 2015 e para 25,8% no primeiro semestre de 2016. Para os que estavam procurando emprego há mais de um ano, o percentual subiu de 4,4% em 2014 para 7,7% em 2016 (gráfico).

O tempo médio em situação de desemprego para os homens aumentou de 142 dias no primeiro semestre de 2014 para 212 dias no mesmo período de 2016. Para as mulheres, nessa mesma base de comparação, houve um salto de 146 para 211 dias.

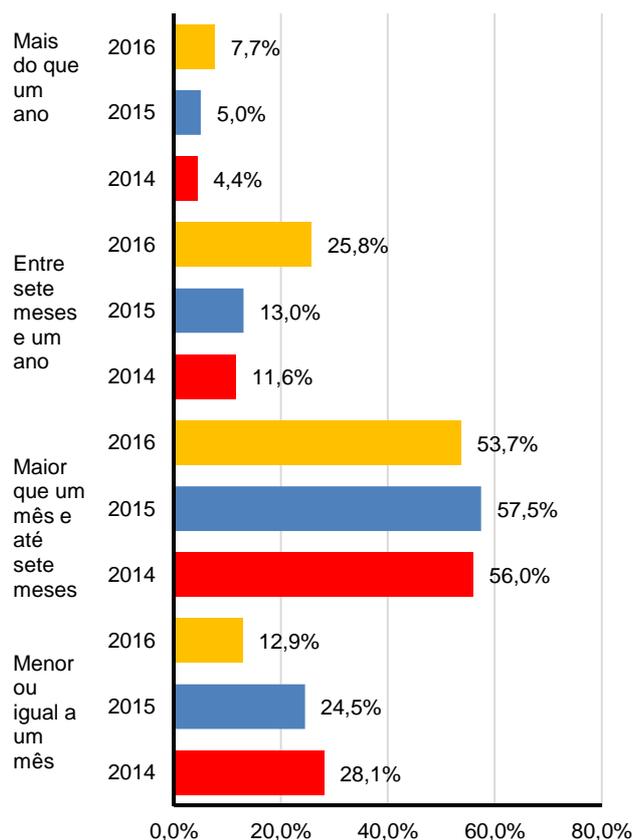
O que pode estar provocando esses movimentos são a redução do número médio de postos de trabalho em 130 mil (ou -7,2%) entre os primeiros semestres de 2014 e de 2016 e a queda da taxa de participação, que era de 54,6% no primeiro semestre de 2014 e passou para 52,7% em 2016, provocada pela diminuição da ocupação e pelo aumento do contingente de inativos. Nesse estado de recessão, a redução do rendimento médio real do trabalhador, que caiu 14,4% entre janeiro de 2014 e junho de 2016, poderia provocar um crescimento do contingente em busca de emprego com o objetivo de repor a renda familiar, mas isso não aconteceu, pois, entre os primeiros semestres de 2015 e de 2016, ocorreu uma redução de 45 mil indivíduos (-2,3%) da População Economicamente Ativa (PEA).

Mesmo com a deterioração verificada no mercado de trabalho, a situação ainda está longe de mostrar os indicadores verificados no final da década de 90. Ainda é raro, por exemplo, que o tempo de busca por uma ocupação seja superior a um ano, como ocorria no final da década em questão. Considerando-se o ano de 1999, por exemplo, o tempo médio despendido na procura por trabalho era de 330 dias, e o tempo médio entre os indivíduos que procuravam uma ocupação por mais de um ano era de 2,5 anos. Também houve taxas de desemprego recordes, como a ocorrida em outubro

de 1999, a maior em toda a série da PED-RMPA. Outro aspecto com que se deve preocupar é o retorno aos índices de informalidade apurados nos últimos anos da década de 90. Se agora há uma participação média de trabalhadores informais de 35,6% (trabalhadores assalariados sem carteira assinada, autônomos, empregados domésticos e outras ocupações), na média dos anos 90, o percentual dessas mesmas ocupações sobre o total dos ocupados ficou em 43,8%.

O problema do desemprego não é uma simples equação. O fato é que ele é um problema social, que resulta do desempenho da economia. Com os ajustes econômicos e sociais ocorridos nos últimos dois anos, o mercado de trabalho deteriorou-se. Os responsáveis pelos ajustes de políticas econômicas devem sempre ter em mente que é preciso minimizar essa vazão de ocupações. São necessárias medidas anticíclicas para que não se retorne aos indicadores do mercado de trabalho verificados na década de 90. Entretanto, a adoção de medidas econômicas austeras para o controle do déficit público só tende a piorar a situação do mercado de trabalho na RMPA e no Brasil.

Percentual da população desempregada por tempo de procura — 1.ºs semestres de 2014, 2015 e 2016



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTE/FAT.

André Luiz Leite Chaves | chaves@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

Políticas recentes de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior

O investimento público, recentemente, ganhou um papel estratégico decisivo na expansão do ensino superior, por meio da planejada criação de novas vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Anteriormente, esse tipo de investimento estava relegado a uma posição secundária, relativamente ao setor privado. A primeira fase de expansão dessas instituições ocorreu em 2003 e foi denominada Expansão I, abrangendo o período de 2003 a 2006. Uma das principais diretrizes do programa era interiorizar o ensino superior público federal. No ano de 2006, foi lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) o documento intitulado **Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade**. Nesse documento, eram analisadas a implantação, no contexto do programa Expansão I, de 10 novas universidades federais, a criação ou a consolidação de 49 *campi* nas cinco regiões do País, com 30.000 novas vagas de graduação nessas instituições, visando incrementar a inclusão social e diminuir as desigualdades regionais, além de reorientar a organização do ensino superior no Brasil.

Em abril de 2007, foi criado, pelo Decreto n.º 6096, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ou Expansão II, que previa a construção de novas universidades federais e a ampliação dos *campi* já existentes, sendo parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007. O Reuni foi criado considerando a meta de expansão do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que era atingir, no mínimo, 30% dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, matriculados no ensino superior. O objetivo principal do Reuni era “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

A expansão de vagas nas IFES deveria ocorrer, segundo as diretrizes do Reuni, não tanto pela criação de novas instituições desse tipo, mas, principalmente, pelo aumento de vagas nas IFES já existentes. Em linhas gerais, o processo de expansão das IFES previsto no Reuni seguiu três vias complementares: (a) criação de vagas em IFES já existentes, (b) criação de novos *campi* e de novos cursos em IFES estabelecidas e (c) criação de novas IFES. Nesse contexto, o Reuni estabeleceu, como principais diretrizes, a diminuição das taxas de evasão, o preenchimento das vagas ociosas, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a diversificação de modalidades de graduação e a adoção de inovações pedagógicas. Em suma, tratava-se de um objetivo relacionado ao aumento da eficiência alocativa de recursos: fazer mais com o que já se dispunha. Além disso, outra diretriz do Reuni estabeleceu a necessidade de articular a graduação com a pós-graduação e a educação superior com a educação básica.

Com o programa Expansão I e o Reuni, houve aumento expressivo no número de *campi* de IFES, no interior do Brasil. No período de 2003 a 2013, o total de IFES aumentou de 83 para 106, e o número de *campi* aumentou de 148 para 274. Dessa forma, o contingente de municípios brasileiros com pelo menos um *campus* ligado a IFES aumentou de 114 para 272 ao longo do período 2003-10. Na fase Expansão I

(2003-06), a quantidade de vagas nas IFES subiu de 121,5 mil para 144 mil, o que significou uma expansão de 18,5%. Por outro lado, entre 2007, ano da implementação do Reuni, e 2013, o total de vagas nas IFES de todo o País subiu de 155 mil para 291,5 mil, o que representa um crescimento de 88,1%.

Concomitantemente ao Decreto 6096, que criou o Reuni, foi emitido o Decreto 6095, também em abril de 2007. Esse decreto, por sua vez, instituiu uma política de integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, objetivando a constituição de Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), por meio da agregação voluntária dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, localizados em um mesmo estado. Pelo decreto, as IFETs, “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão”, são equiparadas a universidades. Com esse dispositivo legal, foram criadas as bases para a expansão dos cursos superiores tecnológicos voltados à formação da mão de obra altamente qualificada, com vistas a atender as demandas do mercado de trabalho por profissionais desse tipo.

No Rio Grande do Sul, em decorrência dessas políticas públicas federais recentes, foram criados três IFETs e uma universidade federal: a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), criada pela Lei n.º 11.640, de 11 de janeiro de 2008. Os três IFETs foram criados por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. São eles: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), sediado em Bento Gonçalves, Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), localizado em Santa Maria, e Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), sediado em Pelotas. Além disso, foram criados os *campi* localizados nos municípios gaúchos de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), implantada em 2009, cuja sede fica no município catarinense de Chapecó. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio do Reuni, também teve quatro novos *campi*, criados nos municípios de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Silveira Martins.

Entre 2003 e 2006, o número de vagas nas IFES do RS aumentou de 9.495 para 11.266, um crescimento de 18,6%. Já no período 2007-13, a quantidade de vagas nas IFES gaúchas passou de 12.256 para 24.574, resultando em uma expansão de 100,5%.

Em síntese, a fase de Expansão I das IFES e o Reuni resultaram em crescimento considerável no número dessas instituições. Em termos quantitativos, ao buscarem o aumento da eficiência alocativa dos recursos disponíveis, por meio da otimização do uso da infraestrutura física e dos equipamentos já existentes, essas políticas públicas deram uma contribuição significativa, em nível nacional e regional, para elevar a oferta de vagas nas instituições federais, ampliando a possibilidade de acesso e inclusão no ensino superior público federal.

Afinal, como estão os salários dos professores?

O Relatório **Education at a glance** é publicado anualmente pela Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trazendo informações de países membros e de outros países parceiros, tais como o Brasil. A edição de 2016 foi publicada recentemente e destaca, dentre diversos assuntos, a questão dos salários dos professores brasileiros nos diferentes níveis de ensino.

A partir de dados de 2014, o relatório constata que o piso salarial legalmente definido para os professores da educação básica no Brasil (US\$ 12.337 por ano, corrigidos por paridade de poder de compra) é menor que a metade do piso salarial dos professores do ensino primário dos países da OCDE (US\$ 29.863). Como esses países são ricos, isso poderia não ser um problema. Entretanto, mesmo em relação a seus pares, o piso salarial brasileiro é baixo: ele é menor do que em países como Chile (US\$ 17.250), Colômbia (US\$ 13.885) e México (US\$ 17.041).

Vale notar que o Rio Grande do Sul, por conta da crise financeira que se arrasta por décadas, há tempos não paga sequer o piso nacional aos professores iniciantes. Espera-se que a desvalorização da carreira influencie negativamente as decisões profissionais dos pretendentes mais capacitados à docência, levando à queda da qualidade da educação no longo prazo. Por outro lado, é verdade que os professores têm um plano de carreira que prevê progressões com o passar do tempo. Há também professores que recebem pagamentos extras por conta de especificidades, como difícil acesso à escola, entre outros motivos. No entanto, o baixo nível do piso, que afeta principalmente o professor iniciante, parece prejudicar a atratividade. Diante dos dados internacionais, o problema do desprestígio ao professor da educação básica no Brasil continua na ordem do dia.

Quando se observa o ensino superior, os dados da OCDE mostram outra realidade. Os professores titulares (topo da carreira) do ensino superior nas universidades federais brasileiras recebem valores semelhantes aos pagos a professores titulares em países nórdicos: US\$ 75.837 ao ano no Brasil, em comparação a US\$ 80.012 na Finlândia, US\$ 73.322 na Noruega e US\$ 81.039 na Suécia.

Isso parece ser outro problema, na medida em que a renda em países como Suécia e Finlândia é aproximadamente cinco vezes maior do que a brasileira (a renda *per capita* norueguesa é ainda maior que a de seus vizinhos). Entretanto, não se deve esquecer que os países nórdicos estão entre os mais igualitários do mundo, também por conta da menor desigualdade educacional, ou seja, o prêmio pela qualificação lá tende a ser menor. É verdade que, tanto no Brasil quanto nesses países, expressiva parcela dos professores ensina em universidades públicas e, portanto, seus salários não são determinados por forças de oferta e demanda no mercado de trabalho. Mesmo assim, em algum nível, espera-se que a escassez de qualificação no Brasil leve a maiores diferenças salariais entre indivíduos de qualificações diferentes.

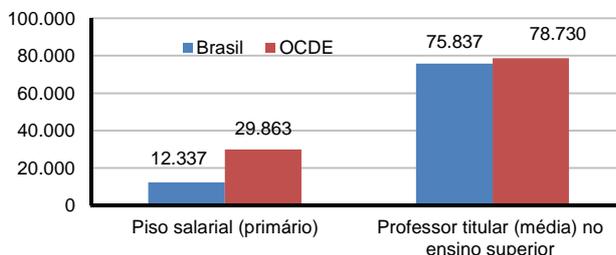
Além disso, há um segundo argumento para justificar os salários dos professores do ensino superior público como razoáveis: a qualidade dos serviços fornecidos pelo estado brasileiro não é comparável à dos ofertados pelos países do norte da Europa. Assim, ainda que o salário real seja parecido entre professores universitários brasileiros e nórdicos, os primeiros têm maiores despesas, pois acabam pagando por planos de saúde, educação e previdência privada. Esse argumento faz pouco sentido para justificar o diferencial de salários entre professores de diferentes níveis. *A priori*, não há por que pensar que um professor do ensino superior precisa mais de serviços privados do que seus pares da educação básica. A solução, nesse caso, seria elevar os salários dos professores da educação básica, mas daí se esbarra na questão fiscal.

Por fim, há a explicação fiscal: outros segmentos do funcionalismo público brasileiro, principalmente no Poder Judiciário e nas carreiras de elite dos demais Poderes, recebem salários ainda mais distorcidos para cima em termos comparativos. Isso leva ao que se chama de “efeito farol”: os salários dos segmentos mais avantajados suscitam uma corrida por recursos, ou seja, um conflito sobre o orçamento público. Os demais grupos, por acharem injusta tamanha diferenciação, demandam maiores salários. O conjunto da obra é a dificuldade em se atender a todas as demandas, diante dos elevados salários de certos segmentos e dos escassos recursos públicos. Nesse modelo, os professores universitários federais ainda conseguem se proteger, uma vez que são pagos pela União, o ente federativo que concentra a maior parte da receita fiscal. O mesmo não acontece com os professores da educação básica, pois recebem dos entes federativos relativamente pauperizados (estados e municípios). Sob essa hipótese, os salários dos professores universitários talvez sejam altos, mas a raiz do problema encontra-se em outras categorias cujos salários são injustificáveis e puxam a remuneração de outros segmentos de elite em detrimento dos demais.

De qualquer forma, as constatações do relatório são preocupantes para o País, principalmente por conta da desvalorização dos professores da educação básica. Para os gaúchos, há motivos adicionais de inquietação. Diante da crise fiscal, os governos não conseguem acomodar os conflitos distributivos. A provisão do ensino fundamental é prerrogativa municipal, enquanto o ensino médio é de responsabilidade estadual, embora haja algumas escolas de ensino fundamental na rede estadual. As últimas estatísticas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgadas mostram certa estagnação no ensino fundamental e deterioração da proficiência no ensino médio. É provável que ao menos parte desse problema seja decorrente da crise financeira estadual.

Não obstante sejam possíveis reformas na gestão que tornem o gasto educacional mais eficiente, a dificuldade em destinar mais recursos públicos à educação básica parece ainda ser um problema. Isso afeta não apenas salários, mas outras questões importantes em termos de infraestrutura e condições de trabalho. Mesmo que motivações extrínsecas, como salários mais altos para professores, não sejam os únicos determinantes do desempenho dos estudantes, a docência na educação básica parece ser pouco atrativa para muitas pessoas qualificadas que se sentem vocacionadas. Assim, sem horizonte de solução para a crise fiscal, as perspectivas acerca do futuro da educação gaúcha não são alentadoras.

Piso salarial de professores do ensino primário e salário médio de professores titulares no Brasil e na OCDE — 2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: OCDE.

NOTAS: O salário médio de professor titular na OCDE foi calculado a partir dos dados disponíveis de alguns países: República Tcheca, Finlândia, Hungria, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Eslováquia, Suécia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Os valores estão em dólares norte-americanos com paridade de poder de compra.

Thomas H. Kang | thomas@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 05.10.16).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vanceli Zanin

Núcleo de Dados e Estudos Conjunturais: Renan Xavier Cortes

Revisão e edição: Elen Azambuja e Mateus da Rosa Pereira

Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

Site: www.fee.rs.gov.br

ISSN 1517-7262